PREFEITURA DE SANTOS
Secretaria de Educação

UME Martins Fontes

Ciclo 2 – 6° ano - 7° Ano - Ensino Religioso

07/06 a 21/06

Nome: _____ **Termo:** _____

Professora: Edilene Wisbeck

Tema: **Religião e Política**

Imagine a vida num país onde o Congresso toma medidas baseadas nas crenças religiosas da maioria de seus parlamentares.

É preciso enfatizar que não há, necessariamente, conflito entre ser político e ser religioso. Afinal, todos os parlamentares, assim como qualquer cidadão brasileiro, têm seu direito de crença assegurado pela Constituição de 1988. Entretanto, quando falamos de indivíduos no exercício de função pública, representando um Estado definido como laico, tais crenças devem ser questões de foro íntimo, reservada à vida privada. Um professor, por exemplo, não deve fazer proselitismo religioso na sala de aula. Imagine se em sua escola um professor católico defendesse que sua religião é superior às demais? Pense num professor ateu tentando convencer seus alunos sobre a não existência de Deus? Do mesmo modo, um deputado deve criar leis com base em sua fé religiosa? Isso não seria excluir uma parcela da população que tem crenças, visões de mundo e necessidades diferentes da sua? Imagine se houvesse uma bancada de políticos hindus no Congresso e eles resolvessem criar uma lei para proibir toda a sociedade brasileira de comer carne bovina? Um país que se pretenda democrático, inclusivo, igualitário e justo precisa garantir que o Estado elabore políticas para o bem comum. Nesse sentido, o fato de a maioria da população brasileira ser cristã não deveria ser motivo para que os políticos privilegiem os interesses da população cristã. As políticas públicas devem estar baseadas em pesquisas e estatísticas que busquem melhorar a vida de todos os cidadãos. Elas devem garantir os direitos de todos, independentemente de cor, idade, sexo, gênero, religião ou orientação sexual.

Um político pode até discordar, pessoalmente, da sexualidade ou religião de um setor da população. Porém ele foi eleito para representar os interesses de todos e, como tal, deve deixar suas convicções religiosas de lado sempre que estiver no exercício de sua função pública. Enquanto político ele deve zelar pela promoção dos direitos humanos e do respeito e valorização da diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e de viver que caracterizam a sociedade brasileira.

1. De acordo com o texto, Política e Religião devem se misturar? Por quê?

2. O que é um País laico?

3. Quando foi assegurado o direito a crença?